

Fundo vai gerir reforma administrativa

André Dusek/AE



Fleury não aceita negociar redução nas remessas para Estados

BRASÍLIA — O governo pretende criar mais um fundo — o Fundo Nacional de Descentralização Administrativa (FNDA), que reunirá as verbas envolvidas na reforma administrativa. Técnicos da área econômica revelaram ontem que os estudos preliminares apontam para a criação de uma Agência Extraordinária de Descentralização Administrativa, por meio de projeto de lei complementar ou de emenda constitucional, que gerenciará o Fundo.

As discussões estão se realizando entre os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Administração Federal. A reforma pretendida inclui a extinção de órgãos e programas e a transferência de funções para Estados e municípios. Segundo um dos participantes, junto com algumas das novas atribuições os Estados e municípios receberão também as verbas previstas para sua realização. Esse dinheiro comporá o FNDA e será repassado às outras esferas de governo à medida que Estados e municípios forem assumindo novas responsabilidades administrativas.

Parte dos recursos economizados com a reforma irão para novos programas de construção de moradias e de saneamento básico. A Agência e o Fundo farão parte do Programa Nacional de Descentralização, que será proposto pelo presidente Itamar Franco.

As idéias aprovadas até agora pelos técnicos são a extinção dos Ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional (MIR). As Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), ligadas ao MIR, vão para o Planejamento, e serão agrupadas em novo órgão, a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

Os recursos dos Fundos de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor), base dos projetos das Superintendências, passarão a ser gerenciados respectivamente pelo Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), diminuindo o risco de desvio de verbas, segundo os técnicos.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), também ligada ao MIR, passaria para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. E o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), que ficou famoso por construir poços em propriedades particulares, seria extinto.

O Ministério da Cultura voltaria a integrar a Educação, recompondo o extinto MEC. Os Ministérios dos Transportes e Comunicações também seriam reunidos em uma única pasta. Os Ministérios de Minas e Energia, Saúde, Previdência Social, Justiça, Relações Exteriores e os militares não seriam atingidos pela reforma.

Não aos cortes — O governador paulista, Luiz Antônio Fleury Filho, disse ontem que não aceita negociar cortes nas transferências de re-

ursos para Estados e municípios. Ele se encontra amanhã com o ministro Fernando Henrique Cardoso e vai sugerir que o governo federal corte suas próprias despesas para conseguir fechar o rombo no Orçamento de 1994.

“É falsa a idéia de que a criação do fundo de emergência vai permitir que o governo aplique recursos em programas sociais”, disse Fleury. “A própria equipe econômica já afirmou que o corte nas transferências é a única forma de zerar o déficit para o ano que vem.”

PLANO VAI
EXTINGUIR
ÓRGÃOS E
PROGRAMAS
E TRANSFERIR
FUNÇÕES
PARA ESTADOS